Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil

Orlando José de Almeida Filho **–** Universidade São Francisco – SP
Doutor em Educação – PUC/SP
Email- ojaff@uol.com.br
Fone:(11) 4555-7782
Data de recepção: 04/10/2007
Data de aprovação: 01/11/2007

Resumo

O artigo discute as perspectivas historiográficas das pesquisas em História da Educação, no período que vai dos anos 1970 a 2005. Os desdobramentos da Nova História culminaram na História Cultural que muito tem influenciado os estudos e pesquisa na História da Educação. O livro é um desses objetos pelo qual esse campo de estudos se tem ocupado para compreender a cultura escolar, seus signos e representações.

Palavras-chave: livro escolar, representação, materialidade, história da educação

Introdução

Xavier, ao realizar um balanço sobre o I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000), sob o tema *Educação: História e Historiografia*, observou que das "284 propostas de trabalhos inscritos, 231 resumos foram recomendados pelo Comitê Científico" (XAVIER, 2001, p. 218). O crescimento das pesquisas em História da Educação demonstra que esse campo disciplinar se vem consolidando nos mais diversos eixos de pesquisa histórica e historiográfica.[1]

As pesquisas em História da educação brasileira difundiram-se na década de 70 do século XX a partir do Plano Nacional de Pós-graduação do Ministério da Educação e Cultura, que definiu quais diretrizes deveriam nortear a pós-graduação no Brasil.[2] Desde

---

[1] Cf. XAVIER, Libânia Nacif. *Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000).* Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

[2] Refiro-me aos estudos sob a ótica da pesquisa histórica em educação. CF. BRANDÃO, Zaia. *A historiografia da educação na encruzilhada.* In: SAVIANE, Dermeval *et al*. (Orgs.). 2000. *História e história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados.

então, a narrativa sobre a História da educação foi abrindo possibilidades de pesquisa e os objetos historiográficos também ampliaram-se. Um dos leques analíticos consistiu no interesse de diversos pesquisadores brasileiros em estudarem os processos que envolvem o livro na cultura escolar.

O texto que elaborei tem como objetivo analisar alguns percursos desse caminho e mostrar como se realizava a pesquisa sobre o livro nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil e quais as perspectivas atuais (sobretudo nos anos 90 do século XX e nos primeiros anos do século XXI).

Historiografia e História Cultural

Darnton situa a história do livro com o aparecimento da imprensa, colocando-o num lugar tão importante quanto outros campos de estudo da história.

> Alguns historiadores do livro buscam seu objeto no período anterior à invenção do tipo móvel. Alguns estudiosos da imprensa se concentram em jornais, folhetos e outras formas além do livro. Pode-se estender a ampliar o campo de muitas maneiras, mas de modo geral ele trata de livros desde a época de Gutemberg, sendo uma área da pesquisa que se desenvolveu com tanta rapidez nos últimos anos que é provável que conquiste um lugar ao lado de campos como a história da ciência e a história da arte, no elenco das disciplinas acadêmicas. (DARNTON, 1990, p. 109)

Essa fala de Darnton, publicada há mais de 10 anos, vem-se consolidando. As pesquisas sobre o livro ampliaram-se, atingindo diversos países na década de 1990 e construindo um campo de estudos e pesquisas que confirmam a tese do historiador.

Segundo Darnton (1990), a *História da história dos livros* começou a se desenvolver na Inglaterra, no século XIX. Porém, foi na França que, ao se proporem *novos objetos, novos problemas e novas abordagens* para os estudos históricos, um grupo de historiadores, entre eles Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Brondel e Jacques Le Goff, ampliou as possibilidades de assuntos estudados pela assim denominada Escola dos Annales. A partir dos anos 1960 do século XX consolidou-se em instituições como a Ecole

Pratique des Hautes Etudes, definindo campos estratégicos de pesquisas pela Europa e América. A Escola dos Annales abriu novas possibilidades, substituindo as narrativas históricas tradicionais, marcadas pelos acontecimentos políticos e econômicos. Mesmo no campo da história política e econômica, ocorreram mudanças significativas. Essas mudanças também aconteceram, por exemplo, "entre os historiadores econômicos, de uma preocupação com a produção para uma preocupação com o consumo, mudança esta que cria uma dificuldade crescente na separação entre história econômica e a história social e cultural." (BURKE, 1998, p. 8).

Com os desdobramentos dos estudos históricos para novos *objetos, novos problemas e novas abordagens,* que deveriam ampliar os estudos da história para todas as atividades humanas, surge, a partir do final da década de 1960 e 1970, o estudo da história da cultura (língua, hábitos, escrita, leitura, costumes, livros...).[3] O texto *A história cultural: entre práticas e representações,* de Roger Chartier, tornou-se uma dos referenciais para a História Cultural, pois abriu uma análise historiográfica para um olhar histórico sobre a cultura. Já em 1988, Chartier escreve um artigo para a Revista dos Annales intitulado *O mundo como representação.* Chartier convida os

> historiadores a uma reflexão comum a partir de uma dupla constatação. Por um lado, afirma a existência de uma "crise geral das ciências sociais", que nota tanto no abandono dos sistemas globais de interpretação, destes "paradigmas dominantes" que foram durante certo tempo, o estruturalismo ou o marxismo, quanto na rejeição proclamada das ideologias que lhe haviam garantido sucesso (ou seja, a adesão a um modelo de transformação radical, socialista, das sociedades ocidentais capitalistas liberais). Por outro lado, o texto não aplica à história a íntegra de tal diagnóstico, pois conclui: "Não nos parece chegado o momento da hipótese de uma crise da história, que alguns aceitam com excessiva comodidade". A história é, pois, vista como uma disciplina ainda sadia e vigorosa, no entanto atravessada por incertezas devidas ao esgotamento de suas alianças tradicionais (com a geografia, a etnologia, a sociologia), e à obliteração das técnicas de tratamento, bem como dos modos de inteligibilidade que davam unidade a seus objetos e a seus encaminhamentos. (CHARTIER, 1991, p. 91)

Esse artigo é considerado um texto inaugural sobre a História Cultural, pois propõe, entre outras questões, a possibilidade de olhar para a cultura e buscar compreender como as

---

[3] Cf. Le Goff, Jacques e Nora Pierre (1995).

representações permeadas na cultura e no cotidiano das pessoas podem ser objetos de pesquisas históricas.

Os estudos sobre o livro, como objeto de estudo, surgem nessa conjuntura de novas abordagens do conhecimento histórico. Outras possibilidades no campo da História Cultural se abrem, multiplicando os campos de pesquisa, as experiências, os encontros, conforme afirma Chartier.[4]

A pesquisa em história sobre o livro didático no Brasil

Tomar o livro como objeto de pesquisa foi um passo importante para que ocorresse um processo de recortes, que culminou em estudos por áreas e tipos de publicação. Uma dessas áreas, por exemplo, foi o interesse nos estudos do livro didático. Refiro-me a "didático" de acordo com o conceito de Lajolo:

> Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e curso, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização. [...]
>
> Como sugere o adjetivo didático, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é um instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. [...]
>
> Por desfrutar de uma tal importância na escola brasileira, o livro didático precisa estar incluído nas políticas educacionais com que o poder público cumpre sua parte na garantia da educação de qualidade para todos [...].
>
> Assim, para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor.
>
> Por tais razões, o livro didático dirige-se, simultaneamente, a dois leitores: o professor e o aluno. (LAJOLO, 1991, p. 4-5)

O livro didático, portanto, é efêmero e de utilidade para o aluno em sala de aula. Possui características peculiares, voltadas para os saberes escolares da sala de aula e, por isso mesmo, sua utilidade não ultrapassa o ambiente da cultura escolar. Inserido nesse contexto conceitual, considero os estudos e pesquisas sobre o livro escolar de fundamental

---

[4] Cf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 1990.

importância, tendo em vista a sua dimensão e alcance social que é o de atingir a escola, espaço e lugar de educar, saber e conhecer.

A pesquisa sobre o livro, seu uso e materialidade vem-se desenvolvendo também no Brasil nos últimos anos. Segundo Munakata, "até os anos de 1980, realizar investigações científicas sobre livros didáticos (como são chamados no Brasil) era um verdadeiro tabu." (MUNAKATA, 1997, p. 2).[5] Segundo o autor, havia uma certa desconsideração por esse tipo de pesquisa, bem como a ausência de percepção sobre a contribuição social que tais pesquisas poderiam oferecer. Não tinha sentido debruçar-se sobre tal tema para compreendê-lo. Essa desconsideração está inscrita naquilo que Marc Ferro denominou de *tabus da história.* Para esse autor, "tabu" é "aquilo sobre o que se silencia, por medo, ou por pudor". (FERRO, 2003, p. 16)

Os estudos realizados na década de 1970 e 1980 sobre o assunto eram marcados pela concepção de que o livro era uma construção da Indústria Cultural com objetivos ideológicos determinados. Essa idéia cristalizou-se entre muitos pesquisadores e intelectuais, determinando trabalhos acadêmicos que realizavam recortes de pesquisa dentro da própria concepção da Escola de Frankfurt, como é o caso do trabalho de Maria de Lourdes C. Deiró, *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. Os estudos sobre o livro didático faziam parte desse emaranhado ideológico da indústria cultural de instrumentos de dominação política capitalista, características de pesquisas dos anos 1970 e 1980. Nessa lógica, o livro utilizado em sala de aula possuía objetivos ideológicos, voltados para a manipulação das massas de estudantes e a serviço das elites burguesas dominantes. Dentro dessa linha de pesquisa e a título de exemplificação, cito também o trabalho de Ana Lúcia G. de Faria, *A ideologia no livro didático*, o qual trilhou esse mesmo recorte, em que o livro é situado no panorama da dominação ideológica e de classe.

A questão central não é a de discutir se existe ou não uma ideologia que caracteriza o texto didático, pois não somente o livro didático, mas qualquer escrito é permeado por uma concepção ideológica e está voltado para cumprir determinados interesses de ordem

[5] Texto publicado em CD-ROM: El Colegio de San Luis em 2003. Historia de las ideas, actores y instituciones educativas. Memoria del VI Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana. San Luis Potosi (ISBN 998-7727-87-X).

política, econômica ou cultural. O livro, no contexto de um material de comunicação, está inserido num processo de construção histórica dos signos de linguagem da dominação ideológica de um grupo sobre outro. Na visão de Bourdieu:

> Todas as práticas lingüísticas encontram sua medida em relação às práticas legítimas, quais sejam as práticas dos dominantes, sendo no interior do sistema de variantes praticamente concorrentes (instituídos realmente, todas as vezes em que se acham reunidas as condições extralingüísticas para a constituição de um mercado lingüístico) que se define o valor provável objetivamente conferido às produções lingüísticas dos diferentes locutores e, por conseguinte, a relação que cada um deles pode manter com a língua e, pela mesma razão, com sua própria produção. (BOURDIEU, 1996, 40)

A língua e sua dinâmica de transformação histórica, portanto, dão-se no campo de uma disputa, e o texto escrito faz parte das estratégias de conformação de uma determinada concepção de mundo. A produção de um texto, portanto, está envolta em um processo em que diversos locutores buscam, por meio do livro, o que Certeau denomina de *estratégias*, ou seja, divulgar não somente o texto delineado pelo autor, mas as estratégias editoriais que são definidas pela materialidade que envolve a produção do livro (capa, gravuras, letras, formato, imagens, gráficos, tipo de letras etc). Essa materialidade envolve, sobretudo, a intervenção do editor.

Na concepção de Chartier, os autores não escrevem livros, e por isso mesmo é necessário distinguir o texto (produzido pelo autor) e o livro, produzido pelo editor. Os livros “não são de modo nenhum escritos, são manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e por impressoras e outras máquinas”. (CHARTIER, 1990, p. 126). Portanto, os autores produzem textos, e os editores livros. Quem decide como o livro sairá para o mercado é o editor, e não o autor, que, muitas vezes, é reprimido e dependente da vontade do editor, que define como o livro será publicado.[6] Para o editor, o bom livro é o que vende.

O poder da materialidade do livro enquanto impressão, escrita, gravura e produção tem uma ligação direta com sua utilização e com as concepções determinadas pelo editor e

[6] Cf. Chartier (1999, p. 42).

pelo autor. Nessa perspectiva, o livro apresenta-se como objeto mercadológico e objeto cultural.

A produção dos trabalhos e discursos sobre os livros escolares, até os anos de 1980, vai ao encontro, sobretudo, da segunda premissa: objeto ideologicamente cultural que possui um objetivo específico. Para Deiró:

> a burguesia, classe social dominante, para garantir sua hegemonia na sociedade capitalista, utiliza-se dos aparelhos ideológicos do Estado, sendo que o escolar assume a posição preponderante no conjunto desses aparelhos ideológicos, devido à sua eficácia na inculcação da ideologia dominante. (DEIRÓ, 1978, p. 26)

Dessa forma:

> O aparelho escolar, ao cumprir sua função de instrumento de inculcação da ideologia da classe dominante à classe dominada, sendo a primeira objetivamente antitética à segunda, comete necessariamente um ato de violência, mesmo que simbólica: reside no fato de se veicular, por meio do aparelho escolar e, principalmente, na rede de ensino de primeiro grau oficial, onde a maioria da clientela pertence à classe proletária, uma visão de mundo da classe dominante, como sendo a única verdadeira. Sugerindo, ainda, que outras visões de mundo são inferiores, anticulturais. (DEIRÓ, 1978, p. 27)

Por uma via semelhante, Faria analisa em seu texto como ocorre a aprendizagem de alunos da 2ª à 4ª séries sobre o conceito de “trabalho” por meio de livros didáticos:

> O livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a cumprir: reproduzir a ideologia dominante. A ideologia dominante também não é desligada da realidade, ela também tem um papel e o cumpre. O que ocorre é que a ideologia dominante considera a produção intelectual autônoma e desconhece a base material como instância determinante. Então expressa através de valores universais os interesses da burguesia e justifica a conservação das relações de produção existentes. Isto não é estar desligado da realidade, pelo contrário, através deste mecanismo, o livro didático serve à manutenção dos interesses da classe operária. (FARIA, 2002, p. 77)

Faria também considera que o livro didático é organizado com objetivos pré-determinados de manutenção de classe, *status quo*, e os conteúdos podem ser reforçados pela escola e pelo próprio professor.

> Assim como os exercícios, as ilustrações reforçam o conteúdo ideológico que se quer transmitir. [...] Assim como não é só a escola que transmite a ideologia da classe dominante, não é só o livro didático que no seu interior, é responsável por sua veiculação. O próprio professor, com sua postura, seus conhecimentos, pode garantir a transmissão. (FARIA, 2002, p. 78)

A concepção de que já existiam interesses pré-estabelecidos de uma organização social, política e econômica que deveria ser mantida, subjugando os interesses culturais da classe proletária, maioria da população, determinava a produção do livro didático, que estaria a serviço da estrutura escolar com o objetivo de dominação de classe. Isso significa que a cultura escolar e o processo de escolarização se dão por meio dos interesses das classes dominantes. O livro é um dos instrumentos utilizados na escola para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Essa é a mesma concepção pela qual Bourdieu transita, defendendo o princípio de que a escola reproduz a cultura dominante da sociedade.[7] O livro didático seria um dos instrumentos dessa reprodução.

O aspecto dessa concepção de estudos, predominante no Brasil até anos de 1980, buscava relacionar a ditadura militar e a produção dos livros didáticos como sustentação ideológica e cultural escolar. Tinha como centro estudar a comunicação visual ou escrita, veiculadas por esses instrumentos de dominação burguesa.

Um outro discurso comum nesse mesmo período que desqualificava o livro didático como objeto de pesquisa era o de que o livro didático servia como sustentação e apoio a professores mal qualificados para o ensino, como também nos aponta Munakata:

---

[7] Para Bourdieu, o sistema enquanto instituição social relativamente autônoma abre possibilidades para reprodução da cultura dominante. A reprodução cultural revigora, como poder simbólico, a reprodução de todas as relações sociais. A escola, inserida nessa lógica, possui uma função determinada de reproduzir os interesses dos grupos dominantes. A pedagogia torna-se um capital cultural fundamental de comunicação reprodutiva da cultura. O processo de aculturação dos interesses dos grupos dominantes se dá pela escola e, por isso mesmo, exigem-se instrumentos que reforcem esses interesses: discursos, imagens, livros, currículo, programas, escrita, linguagem, etc. Ver BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. 1975. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de janeiro: Livraria Francisco Alves.

> A crítica do livro didático tornou-se uma trincheira contra a ditadura. Proliferaram discursos conclamando os professores a abandonar essas "muletas" em nome de uma educação mais "criativa", "reflexiva", crítica" – embora raramente essas palavras fossem objeto de elucidação. Inversamente os professores que adotassem o livro didático eram desqualificados como "coxos por formação", como investigou Ezequiel Theodoro da Silva (1998, p. 57), um dos principais representantes dessa vertente "crítica", que tem a peculiaridade de dispensar a análise do livro didático para efetuar sua condenação *in totum*. (MUNAKATA, 1987, p. 3)[8]

Com o olhar sobre o passado, na perspectiva em que o tempo decorrido nos remete a contemplar, constantemente, os desafios históricos do presente, torna-se fundamental problematizar as questões postas anteriormente no que se refere aos discursos e pesquisas do período de que estou tratando. O papel daqueles que estudam a história da educação hoje e, mais propriamente, as questões relacionadas aos livros ou manuais de cunho didático é o de buscar compreender os processos históricos passados para elaborarem perspectivas contemporâneas sobre as pesquisas mais atuais, relacionadas às produções e pesquisas sobre o livro. Para o historiador Hobsbawm:

> Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-la. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse "sentido do passado" na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (HOBSBAWM, 1995, p. 22)

Considerar o livro didático como "muleta" do professor é uma generalização que incorre em admitir que o profissional da educação é um indivíduo despreparado para o ofício que desenvolve. A questão da generalização irá colocar todos os professores como mal preparados e sem condição crítica de desempenharem seu papel. Ora, encontramos

---

[8] Texto elaborado em dezembro de 1997, durante o Segundo Seminário Internacional: Textos Escolares en Iberoamerica: Avatares del Pasado y Tendências Actuales, realizado na Universidade de Quilmes – Argentina. Foram publicados no apêndice bibliográfico da obra Los Manuales Escolares como Fuentes para la História de la Educación en América Latina (OSSENBACH; SOMOZA, 2001).

professores mal preparados e bem preparados para o exercício do magistério. Existem aqueles que dependeram ou dependem de um manual, seguindo estritamente o que o livro escolar prescreve, e outros que o utilizam como uma das ferramentas de aprendizagem em procedimentos diversos de diálogo com o texto em sala de aula. A tese da utilização do livro didático como "muleta" do professor não se justifica, pois somente o caráter generalista de sua concepção já a descaracteriza.

As produções acadêmicas dos anos 70 até fins de 80 do século XX também devem ser problematizadas, no que se referem às questões de ordem ideológica que cercam os livros didáticos. Enumero duas delas, apontadas por Munakata. A primeira é a idéia de que o livro didático foi escrito estritamente com fins ideológicos, e, da mesma forma "que a ditadura encontrava subversão em cada gesto inocente, essas investigações passaram a descobrir a presença insidiosa em cada parágrafo, cada frase, cada palavra." (MUNAKATA, 1997, p. 4). Uma segunda problematização é que essas abordagens trazem algumas dificuldades epistemológicas, entre "eles o que pode denominar "pan-ideologização": a ideologia está em toda parte (e, por sinal, não apenas nos livros didáticos)" (MUNAKATA, 1997, p. 4). Ora, a questão da ideologia nessa lógica já está posta, tornando "essa modalidade de investigação completamente inócua, pois o resultado está, desde sempre, pressuposto de antemão." (MUNAKATA, 1997, p. 4). Em *Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasi*l, em outro texto publicado por Munakata, o autor faz uma análise sobre essas questões ideológicas que gostaria de salientar. Diz ele:

> Isso tudo causa uma sensação de estranhamento. É como se os livros didáticos, ao menos os de história, não tivessem passado por substanciais alterações desde os tempos em que eram acusados de servir ao regime militar e difundir a ideologia dominante. Certamente, a crítica dos anos 90 acentua o tema do preconceito e da discriminação, próprio desses tempos do "politicamente correto" mas essa questão estava implícita nas denúncias, nos anos 70 e 80, do caráter "alienante", "crítico", "oficialesco", "atemporal", "descontextualizado" – enfim, a-histórico ou anti-histórico – da praticada nos livros didáticos de história. É como se os livros ou a sua crítica – ou ambos? – tivessem se petrificado no tempo.
>
> Sabe-se, contudo, que ao menos com o livro houve mudanças não desprezíveis. Mercadoria, o livro precisa adaptar-se à demanda. Se a ventura sopra a favor das reivindicações democráticas, progressistas e até mesmo esquerdistas; e se isso se traduz, na disciplina de História, na valorização de abordagens que presumivelmente propiciem a "reflexão",

> a “crítica”, a “conscientização” e a promoção da cidadania”, a empresa capitalista que produz livros a esse respeito prefere atender a essa demanda do que permanecer fiel à suposta “ideologia”. Ou melhor o mercado é a própria ideologia dessas empresas (MUNAKATA, 2001, 274).

É evidente que a ideologia existe e que a manipulação política perpassou por obras e textos, porém é necessário compreender as mudanças sociais no tempo. A ditadura militar dos anos 60 do século XX não conseguiu permanecer da mesma forma nos fins dos anos 70 e 80. As lutas sociais avançaram e conquistaram espaços pelas lutas no campo político e instituições como a escola, por meio de muitos agentes (professores, educadores, pesquisadores, comunidade) que resistiram a muitas “*mentiras*”. As resistências de muitos atores sociais, por meio das lutas políticas, propiciaram, no decorrer do tempo, mudanças e avanços significativos nas discussões sobre a democratização do país, e as produções didáticas, evidentemente, acompanhavam as exigências sociais e a própria demanda de mercado. Trata-se até mesmo da sobrevivência das editoras, enquanto empresas capitalistas, para adaptarem-se ao mercado e às exigências sociais.[9]

Por essas razões é necessário ampliar o mapa dessa questão, abrindo para outros horizontes de análise, observação e crítica, mas tendo em vista que, após os anos de 1980, professores pesquisadores que se interessaram pelo tema debruçaram-se sobre as produções já existentes na França, Inglaterra, EUA e iniciaram uma discussão sobre o livro, originando diversas produções. No Brasil, atualmente, pesquisadores vêm estudando o livro voltado para a cultura escolar, colocando novas questões como sua produção editorial, apropriação da leitura, práticas de leitura, estratégias editoriais, materialidade e estratégias de circulação.

---

[9] Hallewell em seu texto *O livro no Brasil* mostra como o mercado editorial dos livros didáticos ampliou-se, no período que vai de 1966 a 1980. As produções de livros por unidades das 4 séries iniciais (primário) em 1966 era de 11.754.256, e, em 1980, 71.776.688. Em 1977, atingiu o índice de 78.738.375 unidades produzidas. Os livros secundários, em 1966, atingiram a cifra de 11.076.001 unidades, e, em 1980, 17.291.876. Não estou considerando outros tipos de livros paradidáticos ou para o ensino supletivo. O que é importante observar é que, pelos números de unidades, o mercado do livro didático cresceu muito nesse período, bem como as empresas que disputam esse mercado. Cf. HALLEWELL, Laurence. 1985. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP.

Essas observações são importantes para a compreensão de que as relações do livro, voltadas para a cultura escolar e o conhecimento, podem abrir-se para outras possibilidades de pesquisa, ultrapassando o enfoque único da ideologização. Além do mais, não há como controlar ideologicamente essas múltiplas relações que se constroem na relação dos usos e das práticas de leituras que se realizam por meio do livro. Não há como ter um direcionamento ideológico de escola para escola, num contexto de um país das dimensões continentais como o Brasil, ou de uma sala de aula para outra sala, numa mesma escola.

Os dispositivos de intervenção determinados pelo editor e autor por meio do objeto material denominado "livro" (divisão de capítulos, parágrafos, notas, capa, ilustrações, cores, diagramação, fotos, etc.), por exemplo, representam um tipo de organização que tem como objetivo, entre outros, atingir o leitor imaginado e a compreensão do discurso do texto.

> Compreender as razões e os efeitos dessa materialidade (por exemplo, em relação ao livro impresso o formato: as disposições da paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua representação tipográfica, etc.) remete necessariamente ao controle que editores ou autores exercem sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação. (CHARTIER, 1999, p. 35)

Contudo, isso não significa que a recepção ocorrerá dentro do que o editor ou o escritor imaginou ou pensou. O leitor imaginado se apropria das mais diversas formas do texto lido. Não há como controlar a apropriação de uma leitura por um leitor por parte dos detentores de poder. Os dispositivos estão ancorados nos suportes que permitem a leitura de um texto com possibilidades de múltiplas interpretações, dependendo do repertório e do lugar em que o leitor se encontra. Os dispositivos são pensados na lógica dos interesses de pelo menos dois atores sociais responsáveis por uma determinada publicação, ou seja, o escritor e o editor. Um dos pressupostos fundamentais de Chartier é justamente o de

> que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do autor; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou impresso,

> produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor (CHARTIER, 1990, p. 127).

Esses dispositivos de intervenção (o autor tem interesse de que o seu texto seja compreendido) e os dispositivos de mercado (preocupação maior do editor que procura desenvolver toda a produção do livro) são representações concretas de interpretação dos atores sociais que atuam sobre a escrita e a edição de um livro, com o objetivo de que seja decifrado pelos leitores. Porém, as decifrações serão múltiplas e não há como conduzir esse processo mesmo com as representações que o editor ou o autor possuem dos leitores. No Brasil, os militares tentaram obter um controle ideológico por meio da força, e os resultados não foram duráveis ou sofreram resistências das mais diversas formas.

O que se passa em sala de aula, a rigor, ainda sabemos muito pouco, devido à carência de estudos sobre como as relações de poder e de conhecer ocorrem nesse canto da escola. Sabemos da existência dessas relações, mas não sabemos exatamente, ainda, como ocorrem de fato. Além disso, o livro também pode ganhar usos muito diferenciados no tempo e espaço, como nos lembra Carvalho:

> Se, por um lado, é necessário situar o impresso de uso escolar relativamente às modalidades diferenciadas de concepção pedagógica que presidem a sua produção e distribuição, por outro é necessário pensar que, uma vez produzido e distribuído, o impresso pode ganhar vida própria, sendo objeto de usos não previstos pelas regras que presidiram a sua produção. O que significa também que um mesmo impresso pode comportar usos diferenciados em tempos e espaços distintos [...]. E que determinar as estratégias políticas, pedagógicas e editoriais que produziram e fizeram circular um impresso é condição necessária, mas não suficiente, para se dar conta de seus usos. (CARVALHO, 2001, p. 138).

Na questão específica da abordagem do livro voltado para a cultura escolar é necessário inseri-lo numa abordagem mercadológica e de objeto que possui objetivo específico, ou seja, o foco da educação. Esse fim é atingido em sala de aula de formas diversas, em múltiplas construções de relações entre alunos, professores e o próprio livro.

Considerá-lo em sua materialidade significa também pensar a sua produção: do autor ao leitor. Entre o caminho do autor que escreve, utilizando caneta, papel, computador... ao leitor que compra e manuseia o livro existem muitos agentes envolvidos nesse processo, que vai da produção à compra. Todos os trabalhadores comprometidos na confecção e distribuição do produto final estão envolvidos nesse processo de atividade que culmina no que se determinou chamar de livro. Para Darnton, há um circuito de comunicação que vai do escritor ao leitor: autor, editor, impressor, distribuidor, vendedor e leitor.

O livro escolar, no sentido em que estamos tratando, já é o da produção em série para o mercado, do objeto/mercadoria. Dentro de uma concepção marxista, o livro, enquanto mercadoria, só pode existir enquanto objeto material/mercadológico, tanto no seu "valor de troca, como de uso". O mercado vai delinear os caminhos pelos quais as editoras seguirão.

O espaço de investigação que as pesquisas atuais procuram seguir é justamente o de ultrapassar "o caráter todo poderoso do texto, e o seu poder de condicionamento sobre o leitor – o que significa fazer desaparecer a leitura enquanto prática autônoma." (CHARTIER, 1990, p. 121). As relações entre os vários usuários (sobretudo aluno e professor) com o livro são múltiplas e indefinidas e dependem de lugar para lugar, de escola para escola, mesmo de professor para professor e de professor para aluno. Dois professores podem utilizar-se do mesmo livro didático, em uma mesma escola, mas de formas muito diferentes, influenciando diferentemente as concepções de apropriação do saber já que a apropriação por parte dos alunos também é diferente.

As produções acadêmicas e as discussões contemporâneas procuram revisitar trabalhos anteriores à década de 1980, problematizando-os e, ao mesmo tempo, não ignorando que toda produção e discussão ocorrem no tempo histórico, e, por isso mesmo, não se pode exigir que pesquisadores produzam análises sobre fontes que o seu espaço e tempo não possam oferecer. Assim, as suas produções são datadas, inseridas em conjunturas políticas, econômicas e sociais, peculiares ao tempo e espaço. De qualquer modo, é importante salientar que várias visões e concepções de produções dos anos 70 e 80 do século XX ainda estão presentes em muitos escritos e discursos hoje. Isso se deve,

muitas vezes, pelo desconhecimento das pesquisas sobre o tema ou outras razões de ordem subjetiva e convicções enraizadas de tal forma que preferem sequer discutir sobre o assunto.

Ainda na década de 1970, estudiosos como Albuquerque já problematizava questões que não eram levadas em conta por muitos pesquisadores. Albuquerque informa e levanta algumas questões:

> O livro, além de instrumento de ensino e de difusão da cultura, é um produto industrial e, como tal, passível de ser estudado do ponto de vista econômico. É todavia, espantosamente pequena a bibliografia sobre esse assunto.
>
> Qual a estrutura da empresa editorial? Qual a relação oferta-demanda de livros didáticos? Qual a situação da distribuição e do comércio de livros didáticos entre nós? Quem são e como se comportam os consumidores? Qual o peso do livro didático nos custos da educação? (ALBUQUERQUE, 1976, p. 219)

Hoje, diversos pesquisadores ligados a universidades brasileiras, entre elas UFMG, UFRGS, USP, PUC-SP, trabalham no sentido de discutirem essas e outras questões. É fundamental compreender como esse objeto cultural denominado livro constrói significados e representações diversas, e, por isso mesmo, a pesquisa sobre esse material pode oferecer grandes contribuições para as pesquisas no campo da história da educação.

Existem vários estudiosos e pesquisadores, alguns dos quais citei no texto, entre outros, como são os casos das professoras e pesquisadoras Circe Maria F. Bittencourt, que desenvolveu um trabalho de referência nacional pelo fato de se tratar de uma pesquisa abrangente sobre o tema. Sua pesquisa de doutorado intitulada *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escola*, defendida em 1993, é um dos trabalhos que demonstram a importância que os estudos sobre o tema “livro didático” vêm adquirindo no Brasil. Circe realizou uma discussão que transita por vários livros de diversas disciplinas na busca de compreender a história do livro didático no processo do ensino escolar brasileiro. Maria Rita de A. Toledo, que vem desenvolvendo suas pesquisas a partir de um estudo sobre A *Coleção Atualidades Pedagógicas*, da companhia Editora Nacional, em sua tese de doutorado, defendida em 2001, com o título *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*, também faz

referências ao mercado editorial, a livros destinados a professores e às estratégias editoriais para a articulação da coleção no decorrer de sua existência. De qualquer modo, sua pesquisa sobre a coleção *Atualidades Pedagógicas* lança perspectivas para novas pesquisas no campo da cultura escolar. Outro trabalho relevante sobre livros para a formação de professores vem sendo desenvolvido pela pesquisadora Vivian Batista da Silva, em cujas pesquisas na Universidade de São Paulo defendeu dissertação de mestrado sobre a *História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos brasileiros (1930-1971).* Também nessa mesma direção defendeu tese de doutoramento, investigando os manuais voltados para a formação de professores, intitulada: *Saberes em viagens nos manuais pedagógicos: construção da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*, em 2005.

Muitos outros trabalhos de pesquisa estão em fase de elaboração, discutem ou rediscutem questões importantes sobre livros. Dessa forma, as pesquisas em história da educação sobre o livro vêm ocupando um lugar e espaço de amplas e profundas discussões, os *tabus*. Essa perspectiva de analisar a cultura escolar e tornar o livro didático como objeto de estudo amplia o leque para a compreensão histórica da educação brasileira e de suas múltiplas relações com a sociedade.

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco F.L. de. *Que sabemos sobre livro livros didáticos*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 138, nº 138. 1976.

BARKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP. 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.* Tese de doutorado, São Paulo: USP, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP. 1996.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Rio de janeiro: Francisco Alves, 1975.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A caixa de utensílios e a biblioteca pedagógica e práticas de leitura.* In VIDAL, Diana Gonçalves & HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicas em história da educação*. São Paulo: EDUSP, 2001

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_______________ *O mundo como representação*. Estudos Avançados. São Paulo: USP. Vol. 5/11, Jan/Abril, 1991.

_______________ *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. 12ª ed. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. São Paulo: Moraes, 2002.

FARIA, Ana Lúcia G. de. 14ª ed. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Cortez, 2002.

FERRO, Marc. Os tabus da História. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, livro I.São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

.MUNAKATA, Kazume. *História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil.* In FREITAS, Marcos Cezar. 2001. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto.

_________________. *Livro didático: produção e leituras*. In ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado da Letras: Associação de Leitura do Brasil: FAPESP, 1999.

_________________. 1997. *Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade.* Texto elaborado em dezembro de 1997 durante o Segundo Seminário Internacioanal: Textos Escolares em Iberoamérica: Avatares Del pasado y tendência actuales realizado na Universidade de Quilmes – Argentina. Foi publicado no “Apêndice Bibliográfico” da obra Los Manuales Escolares como Fuentes para la História de la Educación em América latina (Ossenbach e Somoza, 2001).

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE (Orgs.). 2000. *História e história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados.

SILVA, Vivian Batista. 2001. *História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos “manuais pedagógicos” brasileiros (1930-1971*). Dissertação de Mestrado. FE/USP.

___________________. 2006. *Saberes em viagem nos Manuais Pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970).* FE/USP.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. 2001. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981).* Tese de doutorado, São Paulo: PUC.

XAVIER, Libânia Nacif. *Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000).* Campinas: Autores Associados, 2001.

Historiography, history of education, and researches on didactic book in Brazil

Abstract

This article discusses the historiographical perspectives of research on History of Education for the period 1970-2005. The developments of New History culminated in the Cultural History that, to a great extent, has been influencing the studies and researches on History of Education. The book is one of these objects which has occupied the attention of this field of studies in order to comprehend the school culture, its symbols and representations.

Keywords: School Book. Representation. Materiality. History of Education.